

Articulação Norte Fluminense OSC para Justiça Climática Macaé - São João da Barra - Campos dos Goytacazes - Carapebus - Quissamã

Carta das Comunidades do Norte Fluminense à COP 30 Contra as Zonas de Sacrifício e pela Regeneração dos Territórios

Belém do Pará, 2025

Nós, comunidades do Norte Fluminense — pescadores, agricultores familiares, quilombolas, povos tradicionais, educadores, jovens e defensores da vida — nos unimos para falar ao mundo na 30ª Conferência das Partes da Convenção do Clima (COP 30). Falamos a partir de um território que há meio século sustenta o modelo fóssil de desenvolvimento brasileiro. Um território que produz energia e riqueza para o país, mas respira o ar e bebe a água contaminados pela desigualdade ambiental.

Macaé, chamada de capital nacional do petróleo, concentra hoje três usinas termelétricas em operação (Norte Fluminense e TermoMacaé e Marlim Azul 1) e dez novos projetos licenciados ou em fase de implantação. São João da Barra já opera a maior termoelétrica da América Latina (GNA 1 e 2). Segundo o Instituto de Energia e Meio Ambiente (IEMA, 2021), essa expansão pode multiplicar por oito a capacidade de geração fóssil no município de Macaé, transformando toda a faixa costeira e serrana em um corredor energético — e, na prática, em uma zona de sacrifício climático e humano.

O estudo "Qualidade do Ar em Macaé (RJ)" do IEMA demonstra que a população respira uma atmosfera continuamente degradada:

- Entre 2015 e 2020, as quatro estações de monitoramento de Macaé registraram concentrações de ozônio acima das recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS);
- 83% das emissões de óxidos de nitrogênio (NOx) e 41% dos compostos orgânicos voláteis (COV) precursores do ozônio troposférico são provenientes das usinas termelétricas e do transporte rodoviário pesado;

A poluição já é reconhecida pelo próprio INEA como um problema crítico para a saúde da população, especialmente em bairros próximos às termelétricas e aos polos de processamento de gás natural.















Articulação Norte Fluminense OSC para Justiça Climática Macaé - São João da Barra - Campos dos Goytacazes - Carapebus - Quissamã

Esses números têm rosto. São crianças com bronquite, idosos que não conseguem respirar, agricultores que veem suas plantações "amarelar", pescadores que já não encontram peixes nas lagoas nos estuários e na costa.

O 4º Inventário de Emissões Atmosféricas em Termelétricas (IEMA, 2024) mostra que o Rio de Janeiro está entre os cinco estados que mais emitem gases de efeito estufa (GEE) no Brasil.

Macaé aparece como o 7º município mais emissor de CO₂ equivalente entre todas as cidades com usinas termelétricas, com 474 mil toneladas emitidas em 2023;

Duque de Caxias ocupa o 5º lugar nacional, evidenciando que o ar que se respira na Baixada e no Norte Fluminense é o preço do "progresso" energético;

Em todo o país, o setor termelétrico emitiu 17,9 milhões de toneladas de CO₂ equivalente em 2023, sendo 19% sob responsabilidade da Petrobras e 11% da Eneva — duas empresas com forte presença na Bacia de Campos.

Enquanto isso, comunidades costeiras e rurais convivem com rios contaminados, ar saturado e perda de territórios pesqueiros e agrícolas. As promessas de emprego e desenvolvimento nunca se concretizaram; o que se consolidou foi um cenário de adoecimento, pobreza e exclusão das decisões que moldam o futuro de nossas vidas.

O Norte Fluminense tornou-se um símbolo da contradição entre discurso e prática. Enquanto o Brasil se apresenta como líder da transição energética e defensor do Acordo de Paris, segue autorizando a expansão de termelétricas, portos e gasodutos sobre ecossistemas frágeis, terras agricultáveis e comunidades tradicionais.

> Não há transição justa sem justiça territorial. Não há neutralidade climática com populações sacrificadas.

Nossas demandas à comunidade internacional e ao governo brasileiro:















Articulação Norte Fluminense OSC para Justiça Climática Macaé • São João da Barra • Campos dos Goytacazes • Carapebus • Quissamã

- 1. Moratória imediata à expansão de termelétricas a gás e petróleo no Norte Fluminense e nas bacias hidrográficas do Rio Macaé e das Ostras;
- 2. Transição energética justa e descentralizada, com investimentos em energia solar comunitária, biogás, saneamento, reflorestamento e agroecologia;
- 3. Reparação ambiental e social pelos danos acumulados à saúde e ao meio ambiente, com recursos oriundos das empresas poluidoras;
- 4. Criação de programas permanentes de monitoramento popular da qualidade do ar e da água, com dados públicos e gestão comunitária;
- 5. Garantia de consulta prévia, livre e informada às comunidades, conforme a Convenção 169 da OIT;
- 6. Reconhecimento do Norte Fluminense como território prioritário para adaptação e regeneração climática, com apoio técnico e financeiro internacional.

Não queremos ser a zona de sacrifício do desenvolvimento. Queremos ser o território da regeneração. Onde hoje há gás, que brotem florestas. Onde o mar é contaminado, que renasça a vida marinha. Onde o ar é pesado, que volte a circular o vento limpo da serra ao mar. Que o Norte Fluminense — terra das águas, das restingas e dos manguezais — possa respirar de novo. E que o Brasil, na COP 30, tenha a coragem de ouvir o que os territórios sacrificados têm a dizer.











